

Progressistas só aceitam discutir e descartam pacto

17 MAI 1967

Os partidos progressistas desmentiram as notícias de que estariam dispostos a fazer um pacto social e político com o governo. Em reunião realizada ontem na subcomissão dos Direitos Coletivos, os líderes de PDT, PCB, PCdoB, PSB e PL deixaram claro ao representante do PMDB, deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), que estão dispostos a discutir e encontrar soluções emergenciais para a atual crise que atravessa o País, não significando isso o fim da oposição à política desenvolvida pelo governo. Apesar de negarem qualquer discussão mais aprofundada sobre o assunto, as correntes progressistas consideram imprescindível a realização de eleições presidenciais no próximo ano, para viabilizar a implantação de mudanças substanciais.

Os líderes consideram ainda que crise econômica brasileira não é o único ponto a ser discutido. Por isso, dedicaram a reunião de ontem à análise de alguns dos anteprojeto das subcomissões que "apresentam um conteúdo inaceitável". Criticaram fortemente os pareceres favoráveis ao voto distrital, voto facultativo e a exigência de número mínimo de eleitores para a criação de novos partidos. O ponto polêmico ficou por conta do parecer do deputado Ricardo Fiúza, da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, que segundo o deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) é um retrocesso significativo na atual legislação já que atendeu «inteiramente às propostas feitas pelo Ministério do Exército».

O deputado Maurílio Ferreira Lima fez questão de enfatizar que encaminhará estas exigências ao deputado Ulysses Guimarães na reunião que será realizada amanhã com as lideranças do partido. Para ele, este pode ser um bom indicio da disposição de todas as partes.

Todas as lideranças estão dispostas a dialogar com o governo. Mas, segundo o deputado Haroldo Lima, o acordo é praticamente impossível, já que a política desenvolvida pelo governo contraria o programa partidário das correntes progressistas. Menos agressivo, o deputado Roberto Freire (PCdoB-PE) acha que o "pacto virá de uma forma ou de outra", pois a futura Constituição estabelecerá "as regras do jogo".

As lideranças resolveram ainda agilizar o processo de discussão. A possível recessão e o crescente arrocho salarial foram apontados pelo deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) como problemas que merecem soluções emergenciais e que colocam em risco a própria Constituinte. Por isso, eles marcaram para amanhã uma reunião de discussão dos anteprojeto e na próxima quarta-feira discutem os problemas emergenciais.